

Cidades e territórios inteligentes



Manuel Reis Campos

As áreas urbanas ocupam, nos dias de hoje, cerca de 2% da superfície do planeta, albergando 50% da população total. Estima-se que os fluxos migratórios das áreas rurais aumentarão a população urbana dos atuais 50% para 80% do total, nos próximos 25 anos. Isto significa que nos próximos 35 anos, as cidades do mundo aumentarão sua população em 2,5 biliões de pessoas, numa tendência que envolverá, em diferentes velocidades, a generalidade dos países do mundo. Exige-se, por isso, planeamento e capacidade de antecipação, que permita dar a resposta adequada às populações. Qualidade de vida, otimização de recursos naturais, eficiência tecnológica, ambiental e mobilidade, são aspetos que terão de ser considerados no pensamento e desenvolvimento atual das “novas” cidades.

Utiliza-se o conceito de “Cidade Inteligente” para identificar a inevitabilidade do caminho a seguir. As cidades assumem uma nova realidade, fruto da necessidade de combinar edifícios e infraestruturas sustentáveis, oferta habitacional diversificada, espaços verdes e respeito pelo ambiente, segurança, saúde, educação, justiça e equipamentos sociais que se junta, enquanto riqueza endógena, o património histórico e cultural, o desporto, recreio e lazer, comércio e serviços, restauração e capacidade hoteleira. Está em causa, uma economia local orientada por e para objetivos concretos, uma gestão e organização integrada, uma rede tecnológica inovadora e modelos de governança conhecedores das realidades locais com respostas rápidas e adequadas aos problemas e desafios que se colocam nos espaços urbanos.

Ou seja, têm de ser espaços dinâmicos, abertos, com capacidade de adaptação a contextos em permanente mudança, que, mediante um planeamento estratégico e a combinação de investimento público e

privado, contribuam decisivamente para o sucesso e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

A importância das cidades é evidente e, num País como Portugal, mais relevante se torna. Estamos a falar de um território que, da costa à fronteira interior, tem cerca de 200 quilómetros e cujas assimetrias, provocadas pela chamada interioridade, deverão ser atenuadas. Não somos um País muito grande em dimensão geográfica, mas o nosso território é enorme na sua diversidade e identidade, ativos endógenos valiosos e que devem ser preservados. Mas também não podemos ignorar fatores críticos como a baixa densidade populacional e o fraco desempenho económico de muitos dos nossos espaços, pelo que há que pensar as cidades em rede, assumindo a sua complementaridade, perspetivando a coesão territorial de uma forma integradora e inteligente. Está em causa a preservação de uma riqueza nacional, da nossa identidade coletiva, histórica e cultural.

Neste contexto, estamos perante uma oportunidade única. Dada a dinâmica que o mercado imobiliário está a conhecer, este é o momento certo para dar dimensão às “cidades inteligentes”, desencadeando um verdadeiro processo de “Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável”. A sustentabilidade, a eficiência energética, a boa Gestão do Espaço Urbano e do Sistemas de Mobilidade, energia, água, resíduos e a incorporação de Tecnologias que permitem reduzir Custos de Contexto e, inclusivamente, fomentar o empreendedorismo, a inovação e a participação cívica. Este é um desafio para o presente que deverá combinar a visão pretendida pela “Nova Geração de Políticas de Habitação” e as prioridades a concretizar no novo ciclo de programação dos Fundos Comunitários, no debate que está a ser feito para o período pós 2020.

Presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas